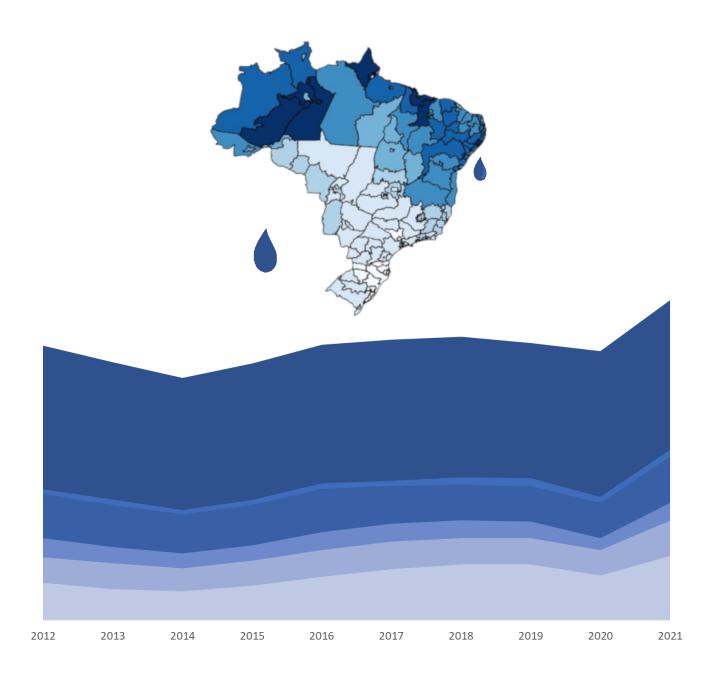
Mapa da Nova Pobreza

Marcelo Neri



https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza



NERI, Marcelo C. "Mapa da Nova Pobreza", Marcelo Neri – 21 págs., Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social. (inclui anexo com atlas de pobreza em separado) https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza 1. Pobreza. 2. Geografia 3. Políticas Públicas. 4 Robustez 5. Bem-Estar Social As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação

em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a

posição institucional da FGV. Portaria FGV №19.

Mapa da Nova Pobreza

Sumário-Executivo

https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza

Marcelo Neri¹

Resumo

O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país. Este número em 2021 corresponde 9,6 milhões a mais que 2019, quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia. A pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica em 2012, perfazendo uma década perdida. O ano de 2021 é ponto de máxima pobreza dessas series anuais para uma variedade de coletas amostrais, conceitos de renda, indicadores e linhas de pobreza testados.

Além da medição da pobreza brasileira agregada e suas variantes, conferimos especial atenção a composição geográfica da pobreza para localizar os estoques e os novos fluxos de pobreza no território brasileiro. A Unidade da Federação com menor taxa de pobreza em 2021 foi Santa Catarina (10,16%) e aquela com a maior proporção de pobres foi o Maranhão com 57,90%. Lançamos mão de novas possibilidades de segmentar o país em 146 estratos espaciais: aquele com maior pobreza em 2021 é o Litoral e Baixada Maranhense com 72,59%, já a menor está no município de Florianópolis com 5,7%. Uma relação de 12,7 para um refletindo a conhecida desigualdade geográfica brasileira.

A mudança da pobreza de 2019 a 2021 por Unidade da Federação em pontos percentuais na pandemia, revela que o maior incremento se deu em Pernambuco (8,14 pontos percentuais (p.p.)), e as únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (0,95 p.p.) e Piauí (0,03 p.p.).

Disponibilizamos um leque de rankings geográficos e de mapas de sobrevoo interativos para cada um explorar as carências sociais na sua área geográfica de interesse. Tomemos a título de exemplo, perspectiva local sobre os 92 municípios fluminenses agrupados em oito estratos espaciais. As taxas de pobreza da capital (16.68%) comparada a das periferias, no plural, do Grande Rio como Arco Metropolitano de Niterói e São Gonçalo (20,96%), Arco Metropolitano de Duque de Caxias (30,48%), ou o Arco Metropolitano de Nova Iguaçu (33,24%). Ou ainda, diferenciando os nuances do interior, separando áreas ainda afluentes para quem visita, mas não tanto para quem mora, como regiões Serrana (20.18%), dos Lagos (22,6%) e do Vale do Paraíba e Costa Verde (25,33%) daquela observada no tradicionalmente pobre Norte Fluminense (26,12%) onde os efeitos, algo temporários, da economia do petróleo se fazem sentir. O convite está feito!

O objetivo desta pesquisa é avaliar o nível e a evolução espacial da pobreza durante os últimos anos no Brasil, usando os microdados da PNAD Continua Anual, recém disponibilizados pelo IBGE. Exploramos inicialmente cenário básico dos grandes números da pobreza nacional. O passo seguinte é a espacialização destes números em Unidades da Federação e estratos geográficos que constitui a principal contribuição do estudo. Na etapa final fornecemos visão de prazo mais longo conectando com resultados anteriores e mapeamos a influência das escolhas metodológicas usadas na medição e de uma miríade de linhas de pobreza nacionais e internacionais nos resultados encontrados. Os maiores nível e incremento da pobreza na pandemia são robustos. Eles pintam o mapa da pobreza brasileiro em tons mais fortes de tinta fresca.

.

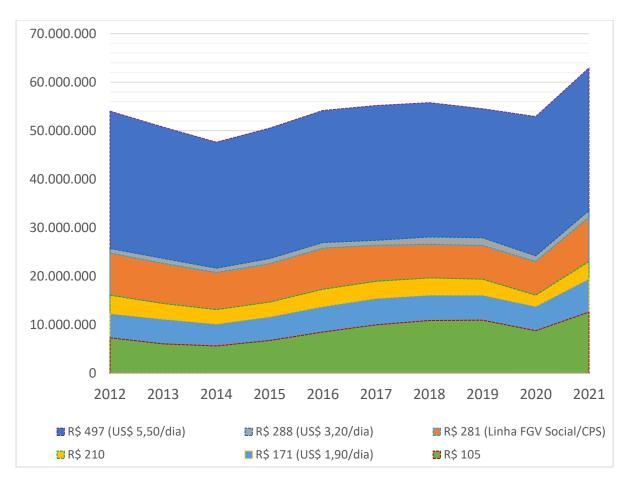
¹ Diretor do FGV Social/CPS.

II - Número Recorde de Pobres -

O contingente de pobres brasileiros em 2021 é o maior da série histórica iniciada em 2012. O gráfico abaixo demonstra isto a olho nu para várias linhas de pobreza usadas no país, mas isto vale para um contínuo de valores, ou seja, para qualquer linha de pobreza. Há um teorema que mostra que neste contexto falamos de um recorde para um amplo conjunto de indicadores (P², P¹ ou P⁰, por exemplo). Demonstramos na seção cinco deste trabalho que 2021 é ponto de máxima pobreza das series brasileiras anuais também para uma variedade de coletas amostrais e conceitos de renda.

Só para exemplificar com as linhas internacionais de pobreza usadas mundo afora. Em 2021, o número de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais para a linha de U\$ 5,50 dia ajustada por paridade do poder de compra (R\$ 497 mensais) atingiu 62,9 milhões de brasileiros; 33,5 milhões para a linha de U\$ 3,20 dia (R\$ 289 mensais) e 15,5 milhões para a linha de U\$ 1,90 dia (R\$ 172 mensais).

População Pobre segundo Linhas de Pobreza*



OBS: * Linhas de pobreza expressas em termos mensais a preços do último trimestre de 2021.

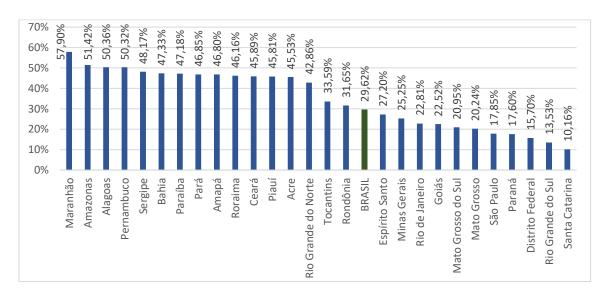
III - A Geografia Estadual da Pobreza -

A análise complementa Neri e Hecksher (2022) que propõe metodologia para captar a evolução mensal da pobreza e o papel de políticas de rendas adotadas face a pandemia usando as linhas de elegibilidade ao Auxílio Brasil de R\$ 210 e R\$ 105. Estas linhas que são as mais baixas entre as utilizadas na literatura nacional, evidenciam marcada volatilidade da insuficiência de renda brasileira agregada apelidada de Montanha-Russa da Pobreza. Revelamos no presente estudo o lado permanente pelo menos até 2021 da mudança da pobreza ocorrida durante a pandemia no país.

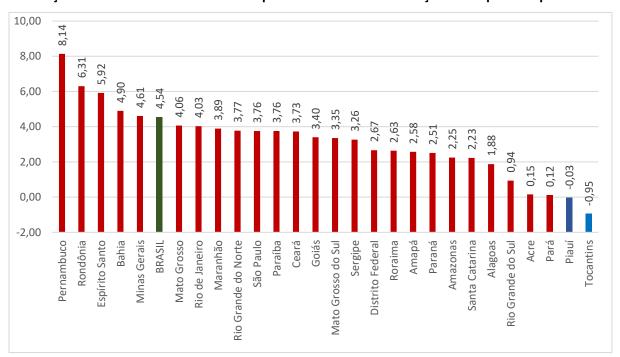
Além da medição da pobreza brasileira agregada conferimos especial atenção a composição geográfica da pobreza, para localizar o seu nível e suas mudanças no território brasileiro. Focamos neste aspecto espacial na proporção dos pobres segundo conceito de renda per capita efetiva todas as fontes usando linha de R\$ 497 mensais a preços do quarto trimestre de 2021 que corresponde a linha internacional de U\$S 5,50 dia ajustada por Paridade de Poder de Compra (PPC) que é a linha mais alta usada na prática no Brasil. Na quarta seção analisamos outras variantes de conceitos e linhas.

Apresentamos a proporção de pobres e a posição do ranking entre as 27 Unidades da Federação ano a ano desde 2012 até 2021. Entre as 27 Unidades da Federação aquela com menor taxa de pobreza em 2021 e ao longo de todo o período foi Santa Catarina. A população com renda per capita abaixo de 497 reais mensais em 2021 é 10,16% em Santa Catarina, seguido do Rio Grande do Sul com 13,53% e Distrito Federal com 15,70%. O estado com maior proporção de pobres também em todos os anos é o Maranhão com 57,90% de pobres em 2021.

Proporção de Pobres em 2021 por Unidade da Federação (%)



A mudança da pobreza entre 2019 a 2021 por Unidade da Federação em pontos percentuais na pandemia no gráfico a seguir revela que o maior incremento se deu em Pernambuco (8,14 pontos percentuais)², Rondónia (6.31 pontos percentuais) e Espírito Santo (5,92 pontos percentuais). As únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (0,95 pontos percentuais) e Piauí (0,03 pontos percentuais).



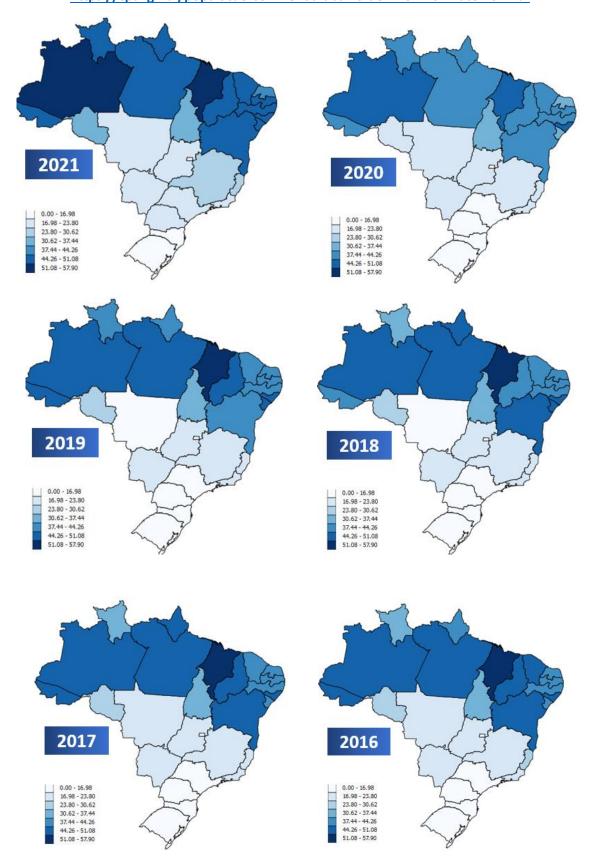
Mudança da Pobreza 2019 a 2021 por Unidade da Federação em pontos percentuais

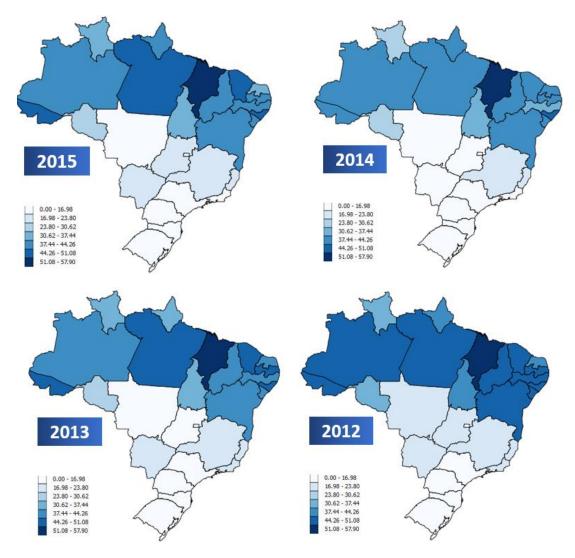
Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC

O leitor pode acessar mapas de sobrevoo com as estatísticas de sua Unidade da Federação ao longo do tempo nos links a seguir.

² <u>Neri (2020)</u> endereça um certo paradoxo em Pernambuco no início da pandemia. Em 2020, o estado se destacou na melhora da pobreza e na piora nos ingredientes trabalhistas. A ascensão e queda do Auxílio Emergencial é um candidato para conectar o conjunto de resultados locais de 2020 com os de 2021.

(%) População com renda abaixo de R\$ 497 (US\$ 5,50 ppp dia) UF - 2012 até 2021 https://cps.fgv.br/populacao-com-renda-abaixo-de-r-497-2012-ate-2021-uf

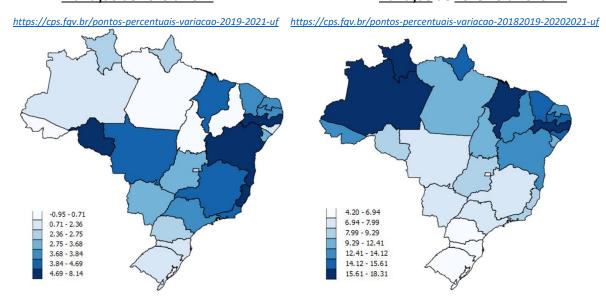




Variação da População com renda abaixo de R\$ 497 em Pontos Percentuais

Variação de 2019 a 2021

Variação de 2018-19 a 2020-21



IV - Estratos Espaciais

Este é o primeiro estudo que temos notícia, a explorar com base na PNAD Contínua Anual os 146 estratos geográficos para além das tradicionais aberturas por 5 macrorregiões, das 27 Unidades da Federação ou mesmo das capitais dos estados. Apresentamos a composição de municípios desses estratos espaciais no link https://www.cps.fgv.br/cps/bd/BRASIL_GEO/Rank/PNADC/listacod.htm

De maneira mais geral, entre os 146 estratos espaciais aquele com maior taxa de pobreza em 2021 é o Litoral e Baixada Maranhense com 72,59% e aquele com menor está no município de Florianópolis com 5,7%³. Optamos por cautela apresentar um segundo conjunto de tabelas com dados para os anos combinados e variações em pontos percentuais

Esta abertura geográfica mais fina é particularmente bem-vinda dada a defasagem em relação ao último Censo Demográfico de 2010. Esta situação nos remete ao começo desse século quando realizamos no Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas dois estudos Mapa do Fim da Fome e Mapa do Fim da Fome II⁴ análises similares as realizadas aqui com base nos microdados das PNADs tradicionais de diferentes anos empilhados e agrupados em mesoregiões e microrregiões.

Olhar local - Como disse certa vez o geógrafo Milton Santos: "o homem não vê o universo desde o universo, o homem vê o universo desde um lugar". É fundamental cada um poder enxergar em detalhe o seu local de moradia, ou de atuação social. Seguindo a perspectiva sugerida pelo sábio Milton Santos, olhando a título de exemplo, o pequeno mundo do Estado do Rio de Janeiro integramos os 92 municípios fluminenses em oito estratos espaciais permitindo separar as taxas de pobreza na capital (16.68%) das periferias do estado mais metropolitano brasileiro com ¾ da população morando no Grande Rio: Arco Metropolitano de Niterói⁵ e São Gonçalo (20,96%), Arco Metropolitano de Duque de Caxias (30,48%), ou o Arco Metropolitano de Nova Iguaçu (33,24%). Ou ainda diferenciar os nuances do interior separando áreas ainda afluentes para quem visita mas não tanto para quem mora, como regiões Serrana (20.18%), dos Lagos (22,6%) e Vale do Paraíba e Costa Verde do RJ (25,33%)⁶ daquela observada no tradicionalmente pobre Norte Fluminense (26,12%) onde os efeitos temporários da economia do petróleo se fazem sentir. O leitor pode acessar mapas de sobrevoo com as estatísticas de sua área geográfica de interesse ao longo dos anos nos links a seguir.

³ Na verdade, a valor de face aquele estrato com menor pobreza foi o Colar Metropolitano de Florianópolis com 3,8% que está oito pontos de percentagem inferior ao dado de 2019 o que pareceu exagerado. Na média 2020 a 2021 Florianópolis está com menor pobreza.

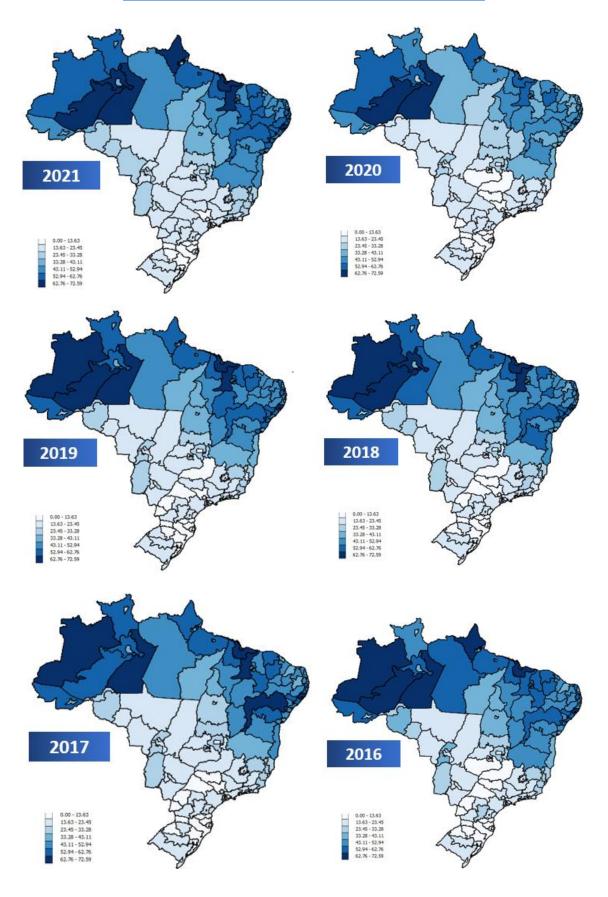
⁴ Estudo foi feito sob a liderança do saudoso Maurício Andrade sucessor de Betinho na Ação da Cidadania.

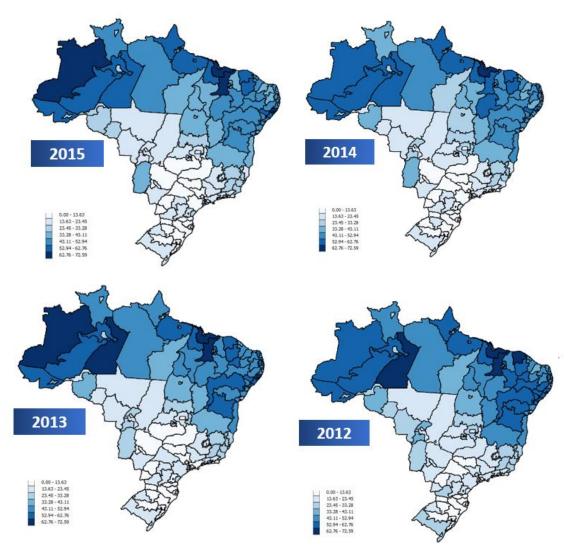
⁵ Entre os mais de 5500 municípios brasileiros, Niterói foi o município brasileira com a maior renda per capita.

⁶ José Márcio Camargo apelidou de triangulo mágico o potencial turístico e de lazer formado pelas linhas geográficas que integram cidades destas três regiões: Paraty, Petrópolis e Armação dos Búzios.

(%) População com renda abaixo de R\$ 497 mensais (US\$ 5,50 ppp dia) Estratos Geográficos - 2012 até 2021

https://cps.fgv.br/populacao-com-renda-abaixo-de-r-497-2012-ate-2021



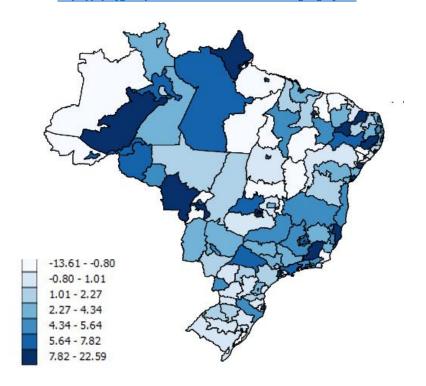


Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC

Convergência de Pobreza? – Apresentamos os mapas com links da variação da pobreza em pontos percentuais por estratos espaciais. O primeiro compara 2019 com 2021 e o segundo compara pares de anos 2018-19 com 2020-21 para conferir maior densidade amostral as estimativas. O passo seguinte é correlacionar as variações em pontos percentuais com níveis iniciais de pobreza nos gráficos mais abaixo assim como adicionamos o gráfico por Unidade da Federação que compara 2019 com 2021. Não há qualquer evidencia de convergência ou divergência das mudanças por nível inicial de pobreza no período.

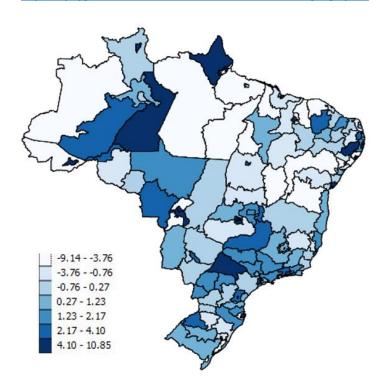
<u>Variação 2019 - 2021</u> em pontos percentuais por Estratos Geográficos População com renda abaixo de R\$ 497 (US\$ 5,50 ppp dia)

https://cps.fgv.br/variacao-2019-2021-estratos-geograficos

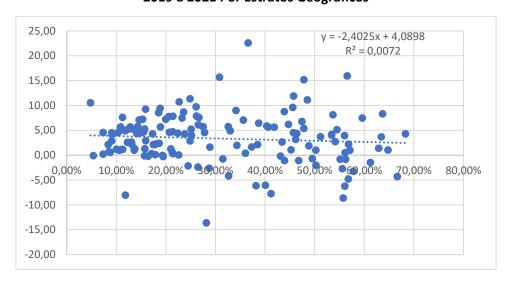


<u>Variação 2018-2019 a 2020-2021</u> em pontos percentuais por Estratos Geográficos População com renda abaixo de R\$ 497 (US\$ 5,50 ppp dia)

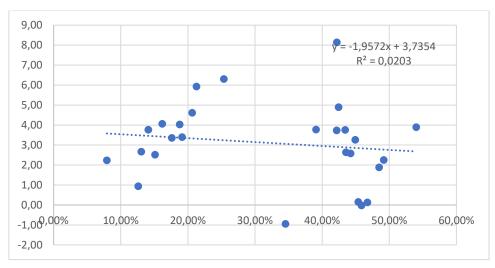
https://cps.fgv.br/variacao-20182019-20202021-estratos-geograficos



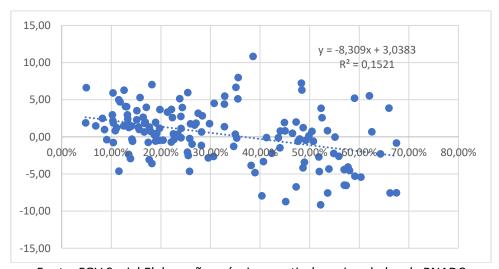
Nível de Pobreza 2019 x Variação de pobreza em pontos percentuais 2019 a 2021 Por Estratos Geográficos



2019 a 2021 Por Unidades da Federação



2018-19 a 2020-21 Por Estratos Geográficos



Fonte: FGV Social Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC

V - A Robustez da Alta da Pobreza

A análise a seguir está baseada no conceito de renda domiciliar per capita efetivamente recebida do trabalho e de outras fontes de renda como Previdência Social (pensões, aposentadorias), outras fontes privadas (alugueis, pensões alimentícias, mesadas), programas assistenciais (Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil). Não incorporamos elementos como economias de escala, diferenças regionais de custo de vida ou imputação de aluguéis (Ferreira, Lanjouw e Neri 2003). Diferenças amostrais e de critérios de renda serão endereçados com as linhas de pobreza na sequência.

Linhas de Corte - Traduzimos em termos reais mensais as três linhas internacionais mais usadas na atualidade: 5,50, 3,20 e 1,90 expressas em U\$ dólares dias ajustadas pela Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2011 e ajustadas pelo IPCA para valores mensais do terceiro trimestre de 2021 junto. Incorporamos na análise as duas linhas de elegibilidade ao Auxílio Brasil de R\$ 110 e R\$ 105 mensais.

Linhas de Pobreza Renda Per Capita Mensais a preços de 2021T4*

R\$ 497 mensais (US\$ 5,50/dia PPC 2011)

R\$ 289 mensais (US\$ 3,20/dia PPC 2011)

R\$ 210 mensais (Linha de Pobreza Auxílio Brasil)

R\$ 281 mensais (Linha de Pobreza FGV Social)

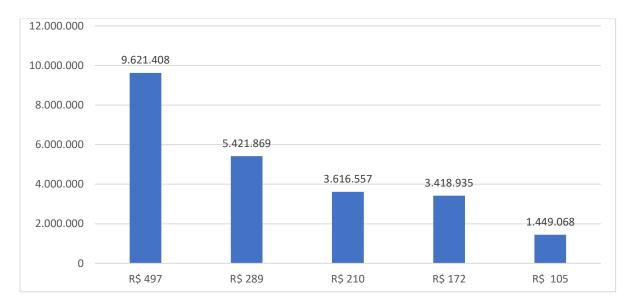
R\$ 172 (US\$ 1,90/dia PPC 2011)

R\$ 105 mensais (Linha de Extrema Pobreza Auxílio Brasil)

* Terceiro trimestre de 2021

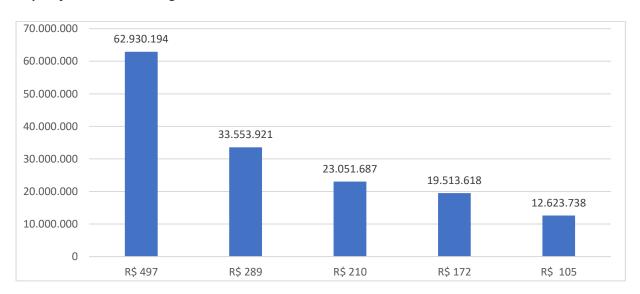
Na seção 2 demonstramos que 2021 é o pico da população de pobres das séries históricas iniciadas em 2012 segundo diversas linhas de corte entre a população pobre e não pobre explicitados no gráfico a seguir. Os gráficos seguintes apresentam os números da população pobre de 2021 e a variação percentual entre 2019 e 2021 de acordo com estes critérios centrais usados. Entre 2019 e 2021 a população pobre sobe 9,6 milhões para a linha de U\$ 5,50 dia ajustada por paridade do poder de compra (R\$ 497 mensais), 5,4 milhões para a linha de U\$ 3,20 (R\$ 289 mensais) e 3,4 milhões para a linha de U\$ 1,90 (R\$ 172 mensais. Mostramos no presente estudo que se usarmos a linha mais alta de pobreza de R\$ 497 em voga nos estudos internacionais recentes, diminui a flutuação transitória da pobreza em 2021, apelidada de "montanha-russa da pobreza" em Neri e Hecksher (2022) em contrapartida magnifica o incremento líquido acumulado ao longo da pandemia. Segundo todas as linhas atingimos todos os picos históricos de uma nova cordilheira de pobreza após a pandemia que não estavam abaixo da linha antes.

Mudança da População Pobre 2019-2021 segundo Linhas de Pobreza



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC

População Pobre 2021 segundo Linhas de Pobreza



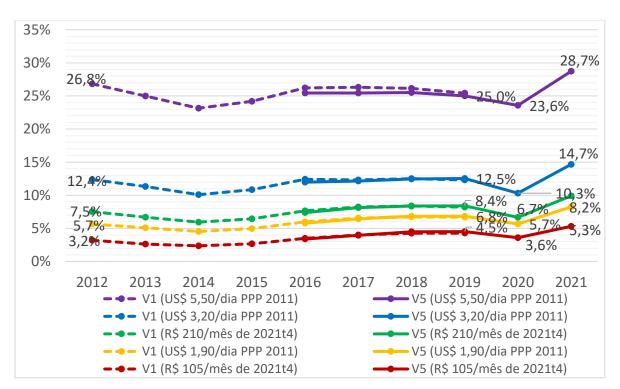
Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC

O nível máximo e o incremento positivo vale para um contínuo de valores, ou seja, para qualquer linha de pobreza no intervalo relevante. Há um teorema que mostra que se essa dominância ocorre neste contexto falamos de um recorde para um amplo conjunto de indicadores (como P², P¹ e não só P⁰). Demonstramos agora na sequencia que 2021 é ponto de máxima pobreza das series brasileiras anuais desde o início da PNADC em 2012 também para uma variedade de coletas amostrais e conceitos de renda.

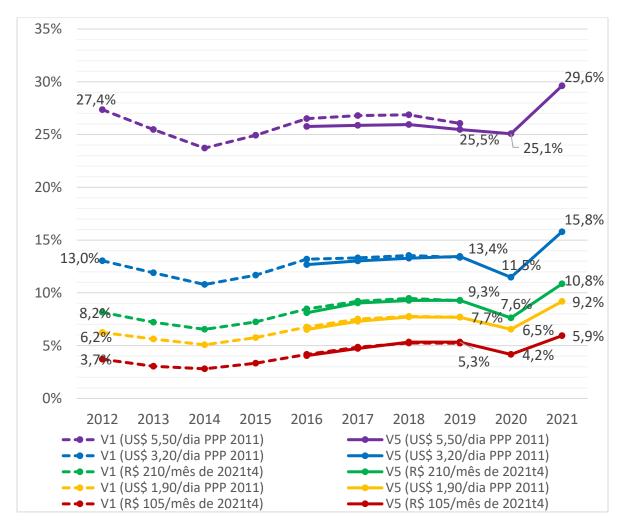
Amostra e Conceito de Renda - A quantificação da pobreza baseada em renda envolve uma série de escolhas metodológicas entre elas conceitos de renda (efetiva ou habitual), as entrevistas utilizadas nas estimativas (1º ou 5º visitas que contém rendas de outras fontes alternativas ao trabalho de uma série de 8 realizadas em cada domicílio) e como vimos a linha de corte que divide a população pobre da não pobre segundo o critério utilizado.

Os gráficos a seguir apresentam os dados de 2012 a 2021 para o conceito de renda habitual e efetiva, respectivamente. Em 2020 e 2021, só estão liberados os microdados da 5ª entrevista que não sofreu ainda ajuste amostral pelo IBGE (retropolação). Independente da sequência de entrevistas usadas nas séries de pobreza (1ª ou 5ª visita), dos conceitos de renda habitual ou efetiva (gráficos) e da vasta gama das linhas de pobreza usadas. O respectivo conceito analisado encontra-se no seu máximo histórico em 2021 da série iniciada em 2012.

Proporção na Pobreza - renda habitual 1a e 5a visitas segundo Linhas de Pobreza



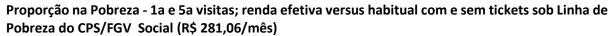
Proporção na Pobreza - renda efetiva 1a e 5a visitas segundo Linhas de Pobreza

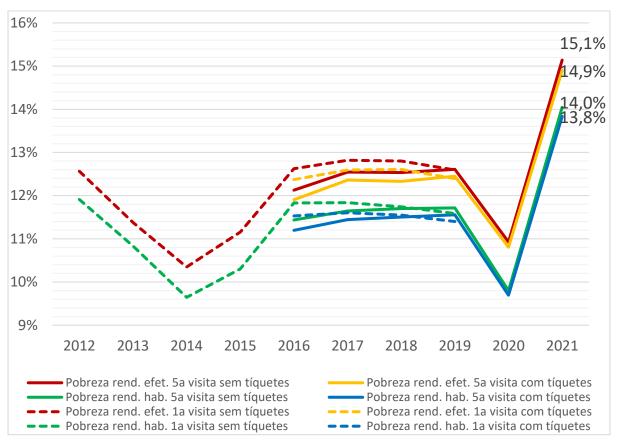


Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC

A linha da FGV Social de R\$ 281 (originada em Ferreira, Lanjouw e Neri 2003) se apresentou próxima da linha internacional de R\$ 289 mensais (US\$ 3,20/dia PPC 2011) o que nos levou a desconsidera-la em parte da análise. A quase coincidência é esperada por partem de princípios similares e tem alguns autores comuns. Tecnicamente, é uma linha de extrema pobreza alta pois cobre despesas de alimentação mas pode ser usada como uma linha de pobreza baixa. Além de estarem próximas do critério de elegibilidade. Usamos estes diferentes critérios de renda lado a lado para aferir os impactos de diferentes aspectos. A pobreza baseada em renda efetiva é 1,1 pontos percentuais maior. A mudança ocorrida no questionário da PNADC no último trimestre de 2015 pela incorporação de item sobre tickets afeta somente de maneira direta o conceito de renda efetiva (Neri 2018). Entretanto, o impacto parece ser pequeno: as diferenças em 2021 do computo de tickets alimentação afeta em apenas 0,2 pontos percentuais as taxas de pobreza. Se for feito o ajuste de nível na transição.

Tomando a valor de face não haveria distorção maior em usar o conceito efetivo antes e depois da alteração do questionário.





Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC

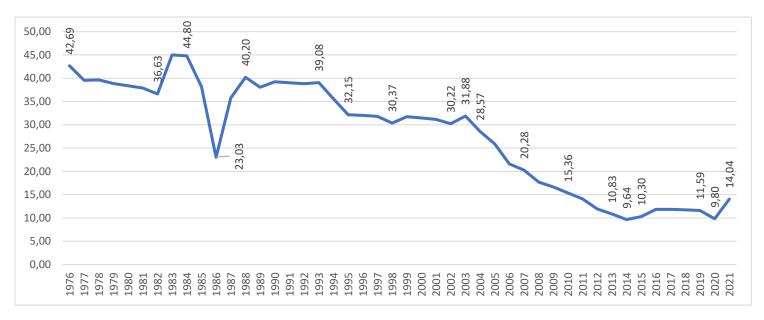
Exploramos ainda a conexão dos dados entre a antiga PNAD (descontinuada) e a PNADC para avaliar as mudanças na pobreza em longo prazo. Os gráficos seguintes apresentam as informações usando a renda do trabalho habitual que é o que vigorava na PNAD tradicional em dois cenários distintos dependendo se usamos a PNAD ou a PNADC, no período 2012 a 2015. Os dois resultados diferem em níveis mas sugerem a volta a valores de pobreza observados entre 2011 e 2012, perfazendo uma década perdida na frente da pobreza.

Proporção de Pobres (linha FGV Social) – Série Harmonizada PNAD e PNDC * - 1976 a 2021



^{*}Série de pobreza PNAD, harmonizada com informações da PNAD e da PNADC após 2015 usando a 5ª visita em 2020 e 2021.

Proporção de Pobres (linha FGV Social) – Série Harmonizada PNAD e PNDC * - 1976 a 2021



^{*}Série de pobreza PNAD, harmonizada com informações da PNADC após 2012, usando a 5ª visita em 2020 e 2021.

V - Conclusão (Resumo)

O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país. Este número de 2021 corresponde a 9,6 milhões a mais que 2019, quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia. A pobreza nunca esteva tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica em 2012. Demonstramos neste trabalho que 2021 é ponto de máxima pobreza dessas series anuais para uma variedade de coletas amostrais, conceitos de renda, indicadores e linhas de pobreza testados.

Além da medição da pobreza brasileira agregada e suas variantes conferimos especial atenção a composição geográfica da pobreza para localizar os estoques e os fluxos de pobreza no território brasileiro. A Unidade da Federação com menor taxa de pobreza em 2021 foi Santa Catarina (10,16%) e aquela com a maior proporção de pobres foi o Maranhão com 57,90%. Lançamos mão de novas possibilidades de segmentar o país em 146 estratos espaciais: aquele com maior pobreza em 2021 é o Litoral e Baixada Maranhense com 72,59%, já a menor está no município de Florianópolis com 5,7%. Uma relação de 12,7 para um refletindo a conhecida desigualdade geográfica brasileira.

A mudança da pobreza de 2019 a 2021 por Unidade da Federação em pontos percentuais na pandemia, revela que o maior incremento se deu em Pernambuco (8,14 pontos percentuais), e as únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (0,95 pontos percentuais) e Piauí (0,03 pontos percentuais).

O objetivo desta nota é avaliar o nível e a evolução da pobreza durante os últimos anos no Brasil, usando os microdados da PNAD Continua Anual, recém disponibilizados pelo IBGE. Exploramos inicialmente o cenário básico dos grandes números da pobreza nacional. O passo seguinte é foi espacialização destes números. Na etapa final mapeamos a influência das escolhas metodológicas e de uma miríade de linhas de pobreza nacionais e internacionais nos resultados encontrados. Os maiores nível e incremento da pobreza brasileira recente se revelam robustos.

Por último, e mais importante, disponibilizamos um leque de rankings geográficos e de mapas de sobrevoo interativos para cada um visualizar a pobreza na sua área de interesse. Seguindo a título de exemplo, perspectiva local sobre os 92 municípios fluminenses agrupados em oito estratos espaciais: as taxas de pobreza na capital (16.68%) das periferias do Grande Rio: Arco Metropolitano de Niterói e São Gonçalo (20,96%), Arco Metropolitano de Duque de Caxias (30,48%), ou o Arco Metropolitano de Nova Iguaçu (33,24%). Ou ainda diferenciando os nuances do interior separando áreas ainda afluentes para quem visita, mas não tanto para quem mora, como regiões Serrana (20.18%), dos Lagos (22,6%) e Vale do Paraíba e Costa Verde do RJ (25,33%) daquela observada no tradicionalmente pobre Norte Fluminense (26,12%) onde os efeitos algo temporários da economia do petróleo se fazem sentir.